

# SEGURANÇA PÚBLICA



*O Governo Bolsonaro comemora a redução da taxa de homicídios no país em 2018. Ainda assim, os dados são assustadores. Mais de 57 mil pessoas morreram de forma violenta no Brasil. Os dados merecem um olhar mais atento para não gerar falsas conclusões e orientar políticas erráticas.*

## O Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Em 10 de setembro de 2019, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgou o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, desenvolvido a partir de dados fornecidos pela Lei de Acesso à Informação (LAI), pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelo Tesouro Nacional, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. É o mais amplo e completo retrato da segurança pública do país.

Os dados são referentes ao ano de 2018 e trazem oscilações relevantes em relação a 2017. No entanto, as causas para estas variações ainda estão em debate entre os especialistas da área. Como resultados mais relevantes, destacam-se neste texto: a queda no número de homicídios; a discrepância nos índices de violência entre os estados; o aumento da letalidade policial; a vitimização policial; e, por fim, os dados de violência contra a mulher.

### Queda no número de homicídios

O Brasil, com 210 milhões de habitantes, é o país do mundo com mais mortes intencionais. Tem o mesmo número de mortes violentas que os continentes da América do Norte, Europa e Oceania juntos.

Como se pode ver na tabela a seguir, houve um recuo de 10,8% após o recorde registrado em 2017, quando chegou-se a 64.021 pessoas mortas. Em 2018 foram 57.341 vítimas. Este é o menor número desde 2014, quando houve 59.730 mortes violentas intencionais, e encerra um intervalo de dois anos de crescimento. Assim, a taxa de mortos por cem mil habitantes também caiu após o recorde de 30,8 para um grupo de cem mil em 2017. Agora, a estatística é de 27,5, a menor desde 2011, quando o patamar era de 24,5 por cem mil.

Os dados surpreenderam e foram usados pelo governo Bolsonaro como um sinal de que a política implementada estaria dando resultados positivos. Obvia-

mente a redução de quase 11% nas mortes é um dado a ser comemorado, mas as causas devem ser

melhor debatidas para que não levem a conclusões equivocadas.

Série histórica das Mortes Violentas Intencionais <sup>(1)</sup> Brasil, Regiões e Unidades da Federação – 2011-2018

Brasil, Regiões e Unidades da Federação	Mortes Violentas Intencionais - MVI							
	Ns. Absolutos							
	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
<b>Brasil</b>	<b>47.215</b>	<b>54.694</b>	<b>55.847</b>	<b>59.730</b>	<b>58.459</b>	<b>61.597</b>	<b>64.021</b>	<b>57.341</b>
<b>Região Norte</b>	<b>3.303</b>	<b>5.833</b>	<b>5.902</b>	<b>6.261</b>	<b>6.742</b>	<b>7.422</b>	<b>7.815</b>	<b>8.005</b>
Acre	148	189	215	204	234	368	530	416
Amazonas	1.102	1.160	985	1.201	1.447	1.189	1.285	1.225
Amapá	26	174	245	274	250	399	434	480
Pará	1.269	3.401	3.536	3.611	3.772	4.207	4.527	4.649
Rondônia	418	515	495	540	542	586	449	431
Roraima	60	72	107	78	102	212	211	384
Tocantins	280	322	319	353	395	461	379	420
<b>Região Nordeste</b>	<b>19.934</b>	<b>20.724</b>	<b>22.274</b>	<b>23.737</b>	<b>23.500</b>	<b>24.814</b>	<b>27.288</b>	<b>23.482</b>
Alagoas	2.401	2.171	2.273	2.201	1.808	1.878	1.926	1.521
Bahia	6.051	6.530	6.026	6.366	6.273	7.091	6.979	6.346
Ceará	2.762	3.734	4.432	4.492	4.130	3.566	5.329	4.788
Maranhão	1.546	1.666	1.782	2.158	2.280	2.342	2.058	1.776
Paraíba	1.667	1.540	1.537	1.513	1.502	1.324	1.286	1.210
Pernambuco	3.378	3.321	3.097	3.434	3.889	4.480	5.427	4.170
Piauí	349	529	551	734	673	703	653	617
Rio Grande do Norte	1.068	388	1.624	1.762	1.659	1.980	2.355	1.926
Sergipe	712	845	952	1.077	1.286	1.450	1.275	1.128
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>3.290</b>	<b>5.120</b>	<b>5.225</b>	<b>5.666</b>	<b>5.574</b>	<b>5.467</b>	<b>4.850</b>	<b>4.570</b>
Distrito Federal	761	871	743	767	694	659	557	493
Goiás	1.055	2.588	2.774	2.851	3.054	3.014	2.676	2.616
Mato Grosso do Sul	459	614	578	646	600	622	564	483
Mato Grosso	1.015	1.047	1.130	1.402	1.226	1.172	1.053	978
<b>Região Sudeste</b>	<b>14.409</b>	<b>16.430</b>	<b>16.701</b>	<b>17.584</b>	<b>16.028</b>	<b>16.866</b>	<b>17.224</b>	<b>15.462</b>
Espírito Santo	1.489	1.736	1.641	1.626	1.462	1.308	1.508	1.199
Minas Gerais	3.780	4.125	4.240	4.421	4.360	4.370	4.136	3.234
Rio de Janeiro	4.164	4.241	5.348	5.719	5.010	6.262	6.749	6.714
São Paulo	4.976	6.328	5.472	5.818	5.196	4.926	4.831	4.315
<b>Região Sul</b>	<b>6.279</b>	<b>6.587</b>	<b>5.745</b>	<b>6.482</b>	<b>6.615</b>	<b>7.028</b>	<b>6.844</b>	<b>5.822</b>
Paraná	3.475	3.453	2.874	2.870	2.840	2.940	2.557	2.408
Rio Grande do Sul	1.880	2.222	2.043	2.691	2.799	3.051	3.132	2.476
Santa Catarina	924	912	828	921	976	1.037	1.155	938

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos e é aqui apresentado apenas para mensuração do fenômeno. A categoria MVI só passou a ser calculada pelo FBSP a partir de 2013. Para os anos de 2011 e 2012, o indicador foi calculado retroativamente a partir dos critérios informados pelas Unidades da Federação para a 9ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado em 2015.

(2) Por 100 mil habitantes.

## Letalidade policial

Enquanto as mortes violentas diminuíram, aquelas por intervenção das polícias tiveram um aumento de 19%. Foram 6.220 vítimas em 2018 contra 5.179 vítimas de 2017. Uma média de dezessete pessoas por dia. Entre as vítimas do Estado, 99% são homens, 75% são negros, 78% jovens (de 15 a 29 anos) e com apenas o ensino fundamental completo (81,5%).

A ação da polícia é responsável por onze de cada cem mortes violentas intencionais no ano passado. A ascensão é ininterrupta desde 2013, com 2.212 mortes, crescimento acumulado de 181% no período.

O discurso bolsonarista tenta emplacar que uma polícia mais violenta e ostensiva pode garantir a redução da criminalidade. A morte de inocentes – como no caso da menina Ágatha Felix de apenas 8 anos atingida por um tiro da polícia no Complexo do Alemão no RJ – seria um preço a se pagar pelo aumento da sensação de segurança, como declarou o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel do PSC. Além de desumana e com sensos ético e de justiça bem questionáveis, a correlação entre a redução dos homicídios e o aumento da letalidade policial é absolutamente falaciosa.

## As razões da redução da taxa de homicídios

O próprio Fórum de Segurança Pública, responsável pela publicação do Anuário, chama a atenção para a necessidade de ampliar o debate e estudar melhor o fenômeno. No entanto, alguns pontos podem ser destacados, como por exemplo, o aumento de investimento dos governos estaduais em segurança pública e a trégua entre as facções criminosas em estados populosos, como São Paulo, que têm um papel importante de puxar os números para baixo. Em suma, as causas da redução são apontadas para dinâmicas locais e não para uma política nacional – mesmo porque os dados são de 2018, ano anterior ao início do governo Bolsonaro.

## As particularidades dos estados e as facções

Nos últimos três anos, ampliou-se a quantidade de estados que reduziram sua mortalidade violenta geral. Em 2016 havia nove exemplos de redução, que passaram para quinze em 2017 e chegaram

nos atuais 23 em 2019 – apenas Roraima (64,9%), Tocantins (10,4%), Amapá (6,3%) e Pará (0,9%) registraram acréscimo. Mas, as diferenças das taxas entre os estados é gritante. Roraima apresenta a maior taxa de homicídios a cada cem mil habitantes, de 66,6. Já São Paulo possui 9,5 homicídios a cada cem mil habitantes.

Em Roraima, onde essa guerra entre Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (CV) e grupos locais ainda não se resolveu, muito ao contrário, as taxas de homicídios dolosos subiram 227% nesta década. Em São Paulo, sabe-se que o monopólio do domínio do território está nas mãos do PCC.

No caso do Amapá, o Anuário destaca o cenário como ainda pior. Os dados mostram que a taxa de mortes violentas por cem mil habitantes cresceu 1.100% em sete anos. Serviços de inteligência atestam a existência de sete facções criminais no estado, ainda em guerra no início de 2019. Com relação à letalidade policial, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo possuem 23 e vinte, respectivamente, vítimas de violência intencional pela polícia a cada cem habitantes. Na Paraíba esse número chega a uma pessoa, por exemplo.

## Morte entre policiais

Aqueles que defendem a violência policial como argumento de que há uma “guerra de bons versus maus” também se equivocam. Enquanto as mortes pelas mãos da polícia aumentaram quase 19%, menos policiais morrem em serviço. Foi o segundo ano de redução: os 373 registros em 2017 foram a 343 em 2018. É o menor número desde 2013, segundo o estudo. Importante ressaltar que os suicídios cometidos por policiais aumentaram 42,5% em um ano. De 73 suicídios de policiais civis e militares no ano anterior, foram para 104 em 2018. Ou seja, policiais morrem mais em decorrência de traumas e depressão dados pelas péssimas condições de trabalho do que em serviço. Uma polícia despreparada, mal paga e que adocece.

## Violência contra a mulher

Importante antes de mais nada destacar que os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores

taxas de notificação à polícia, o que indica que os números apresentados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de mulheres e crianças atualmente. No caso brasileiro, a última pesquisa nacional de vitimização estimou que cerca de 7,5% das vítimas de violência sexual notificam a polícia. Os motivos para a baixa notificação são os mesmos em diferentes países: medo de retaliação por parte do agressor (geralmente conhecido), medo do julgamento a que a vítima será exposta após a denúncia, descrédito nas instituições de justiça e segurança pública, entre outros.

De qualquer forma, os dados de violência sexual também apresentaram recorde, com 66.041 estupro registrados em 2018. Os feminicídios e casos de violência doméstica também aparecem com crescimento de 4% e 0,8%, respectivamente. Foram 1.200 mulheres assassinadas em 2018 e 263.067 ocorrências de lesão dolosa. Na maioria dos casos os autores são um companheiro/ex-companheiro ou alguém próximo da vítima. As menores de treze anos representam mais da metade (54%) das vítimas. As vítimas do sexo masculino são ainda mais jovens, a maioria tinha menos de sete anos.

### Políticas do governo federal

O governo federal, apesar de não ter atribuição constitucional explícita na área da segurança pública – a principal atribuição cabe aos estados –, tem o poder de induzir políticas por meio de exigências ao direcionar recursos, mas isso não tem sido feito.

O ministro de Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, lançou em agosto o “Em frente, Brasil”, programa piloto que pretende reduzir taxas de criminalidade em cinco cidades: Ananindeua (PA), Goiânia (GO), Paulista (PE), São José dos Pinhais (PR) e Cariacica (ES) por meio da articulação de políticas

públicas entre ministérios, órgãos estaduais e municipais. Não foi publicado orçamento reservado para o programa nem calendário de implementação para o restante do país – o que levanta dúvidas sobre a qualidade da política pública.

As agendas mais estruturantes anunciadas pelo governo para a área da Segurança Pública são: flexibilização da compra e posse de armas e isenção de culpa para os policiais que matam em serviço. O recado do bolsonarismo para o problema é direto: aquilo que incomoda, elimina-se. O problema é que esta política mata inocentes, não respeita a Constituição (à medida de que, mesmo que não legalmente, instaura-se um Estado com pena de morte para pretos e pobres), e adoce a própria polícia. O populismo eleitoral irresponsável e salvaçãoistas de extrema-direita apenas agrava uma situação já complicada.

Um estudo do Instituto Sou da Paz revelou que a Força Nacional (composta por policiais cedidos dos estados) tem consumido 62% do 1,7 bilhão de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública. A área de prevenção recebeu 4,5% dos recursos do Fundo desde a sua criação, e a valorização policial, 9%. Ou seja, a principal ação federal tem sido manter o funcionamento dessa tropa (como resposta emergencial a crises), com pagamento de diárias aos agentes e logística de deslocamento e estadia, em detrimento de outras ações para fomentar políticas mais robustas de combate à criminalidade. Pouca prioridade orçamentária para inteligência e investigação – lembrando que, no Brasil, apenas 6% dos casos de homicídios são esclarecidos.

O país segue agonizando enquanto os governantes agem com pouco compromisso e são omissos ou ainda comemoram a perda de vidas brasileiras – como o governador do Rio de Janeiro no caso do sequestrador do ônibus em Niterói em agosto deste ano.